



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



<b>PROCESSO</b>	<b>11065.000038/2011-13</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	3302-015.650 – 3ª SEÇÃO/3ª CÂMARA/2ª TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	11 de fevereiro de 2026
<b>RECURSO</b>	VOLUNTÁRIO
<b>RECORRENTE</b>	HERING E CIA LTDA.
<b>INTERESSADO</b>	FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário**

Data do fato gerador: 31/12/2010

MULTA ISOLADA. COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA. INCONSTITUCIONALIDADE. JULGAMENTO VINCULANTE. STF TEMA 736.

Conforme precedente vinculante do STF, é inconstitucional a multa de 50% sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada, devendo ser cancelado o seu lançamento. Art. 74, §S 15 e 17, da Lei nº 9.430/96. STF - Tema 736.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao Recurso Voluntário para cancelar a multa regulamentar aplicada isoladamente.

**Francisca das Chagas Lemos** – Relatora

*Assinado Digitalmente*

**Lázaro Antônio Souza Soares** – Presidente

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros Mario Sergio Martinez Piccini, Francisca das Chagas Lemos, Marco Unaian Neves de Miranda (substituto[a]integral), Louise Lerina Fialho, Marina Righi Rodrigues Lara, Lazaro Antônio Souza Soares (Presidente).

**RELATÓRIO**

Trata o presente processo de **AUTO DE INFRAÇÃO** aplicado por motivo de deferimento parcial de **Pedido de Ressarcimento** relativo à solicitação do contribuinte de saldo credor de PIS/PASEP não cumulativa, enviado através do PER/DCOMP nº

33309.96132.100810.1.1.096228. Com a glosa dos referidos créditos foi aplicada uma **multa isolada de R\$ 34.524,63, por compensação indevida** nos termos do § 15, do art. 74, da Lei nº 9.430/96.

Consoante Acórdão de Impugnação, feita verificação fiscal que, por sua vez, resultou na glosa de créditos de PIS/Pasep, foram constatadas irregularidades fiscais no tocante a prestação de serviços realizados por terceiros, que na verdade simulavam terceirização de mão de obra. Tal simulação teria gerado insumos que originaram créditos de forma irregular, além da redução indevida de carga tributária pelo sistema de tributação do SIMPLES.

A análise da comprovação dessa simulação encontra-se disposta no **Processo Administrativo fiscal nº 11065.100577/201062**, ao qual esse processo foi apensado.

Intimada, a ora Recorrente apresentou Manifestação de Inconformidade refutando as glosas.

A 2ª Turma da DRJ/POA, em **Acórdão de Impugnação nº10-044.276**, proferido pela 2ª. Turma da DRJ/POA, em 06.06.2013, decidiu pela improcedência da Manifestação de Inconformidade, cuja ementa é a seguinte:

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Data do fato gerador: 31/11/2010

MULTA ISOLADA. COMPENSAÇÃO COM CRÉDITO INDEVIDO.

Aplica-se multa isolada sobre crédito objeto de pedido de ressarcimento que seja indevido, conforme expressa previsão legal disposta no § 15, do art. 74, da Lei nº 9.430/96.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Data do fato gerador: 31/08/2010

REUNIÃO DE PROCESSOS PARA JULGAMENTO CONJUNTO. INEXISTÊNCIA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL DE NORMA OBRIGANDO TAL PROCEDIMENTO.

Inexiste no âmbito do Processo Administrativo Fiscal Federal norma que torne obrigatório o julgamento conjunto de processos lavrados contra o mesmo contribuinte, ainda que guardem relação de conexão.

Impugnação Improcedente. Crédito Tributário Mantido.

Tomando ciência da decisão proferida pela DRJ08, da qual foi cientificada em 26.07.2013 (fl. 108), a Recorrente apresentou **Recurso Voluntário** em 09.08.2013 (fls. 109-133) em que refutou os argumentos que fundamentaram a decisão, resumidamente, nos itens que seguem:

1. DA IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO NO JULGAMENTO DESTES PLEITOS POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL

2. DA INCOMPETÊNCIA NA DESCONSIDERAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO QUE OPERACIONALIZOU A GLOSA DO PROCESSO 11065.100.577/2010-62 E GEROU A DESCABIDA APLICAÇÃO DA MULTA ISOLADA ORA COMBATIDA.
3. DA IMPOSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DA NOVA REDAÇÃO DO § 15, DO ART. 74 DA LEI 9.430/96, ALTERADO PELO ART. 62 DA LEI 12.249/2010: DA OFENSA ÀS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.
4. DA VIOLAÇÃO AO DIREITO DE PETIÇÃO
5. DA VIOLAÇÃO AO DEVER DE CORRESPONDÊNCIA ENTRE A SANÇÃO E A ILICITUDE
6. DA VIOLAÇÃO À IGUALDADE
7. DA VIOLAÇÃO À PROPORCIONALIDADE

Esta Turma Ordinária da 3ª. Câmara da 3ª. Seção, prolatou RESOLUÇÃO N° 3302-002.076, em 23.11.2021, em que resolveram os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em sobrestar o processo no CARF até a decisão final do processo de compensação/crédito vinculado (PA n° 11065.100577/2010-62). Às fls. 142, ficou consignado, considerando a relação de prejudicialidade e decorrência entre os referidos processos, que o julgamento deve ser sobrestado no CARF, até que haja decisão definitiva sobre a análise do direito creditório no processo n.º. 9. 11065.100577/2010-62.

A Recorrente protocolou **PETIÇÃO/MANIFESTAÇÃO** acostada às fls. 136-144 dos autos, em que noticiou a decisão judicial proferida no Mandado de Segurança n° 5001106-22.2013.4.04.7108, da 1ª Vara Federal de Novo Hamburgo – RS, em que foi deferida medida liminar (anexo 01), pela Exma. Juíza Federal Dra. Catarina Volkart Pinto. Sobreveio sentença confirmando a liminar, no sentido de conceder a segurança para determinar à autoridade coatora que se abstenha de aplicar a multa prevista nos parágrafos 15 e 17, do art. 74 da Lei n° 9.430/96, com redação dada pela Lei n° 12.249/10, sobre os valores indeferidos nos pedidos de ressarcimento de créditos, ou sobre os valores dos créditos objeto de declarações de compensação não homologada.

Além disso, a multa prevista no § 15, do artigo 74 da Lei n° 9.430/96, com redação dada pela Lei n° 12.249/10 foi revogada pela Medida Provisória n° 668, de 2015, convertida em lei (Lei n° 13.137/15), impondo-se a aplicação do art. 106, do CTN.

Por fim, noticiou o julgamento do STF que deu origem ao Tema 736 (Recurso Extraordinário n° 796.939), na sistemática de repercussão geral, que deu por inconstitucional a multa isolada. E que também possui medida judicial a seu favor, confirmada por sentença, em que o Judiciário determinou à autoridade coatora que se abstenha de aplicar a multa prevista nos parágrafos 15 e 17, do art. 74 da Lei n° 9.430/96.

Em Despacho de Desapensação de 27.03.2023 (fls. 148), este processo foi desapensado do PA n° 11065.100577/2010-62.

Em Petição às fls. 153, em nova MANIFESTAÇÃO, a ora Recorrente reiterou os argumentos apresentados anteriormente, requerendo a anulação do Auto de Infração.

É o relatório.

## VOTO

Conselheira Francisca das Chagas Lemos, Relatora.

### I - ADMISSIBILIDADE

Conheço do Recurso Voluntário por ser tempestivo e cumprir os demais requisitos exigidos.

### II –DA INCONSTITUCIONALIDADE DA MULTA ISOLADA PELA NÃO HOMOLOGAÇÃO DA COMPENSAÇÃO

Conforme bem relatado pela Recorrente, mesmo considerando as decisões favoráveis a seu favor, proferidas em instância comum (via Mandado de Segurança nº 5001106-22.2013.4.04.7108, julgado pela 1ª Vara Federal de Novo Hamburgo – RS), o Supremo Tribunal Federal julgou, em 18 de março de 2023, o Recurso Extraordinário nº 796.939, recebido sob a sistemática da repercussão geral - Tema 736:

***“É inconstitucional a multa isolada prevista em lei para incidir diante da mera negativa de homologação de compensação tributária por não consistir em ato ilícito com aptidão para propiciar automática penalidade pecuniária.”***

Deste modo, o Supremo Tribunal Federal julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 4.905, na qual dá-se perda superveniente do objeto da ação quanto ao § 15 do artigo 74 da Lei nº 9.430/96, alterado pela Lei nº 12.249/2010, tendo em vista a sua revogação através da Lei nº 13.137/2015.

Com razão a Recorrente.

No tocante a não existência de controvérsia quanto ao direito ora sob análise, matéria idêntica àquela julgada no Recurso Extraordinário nº 796.939 - Tema 736 e na ADI nº 4.905, compulsado os autos observo que às fls. 17 consta o AUTO DE INFRAÇÃO lavrado contra a Recorrente, onde se pode ler a descrição dos fatos e enquadramento legal (fls. 18):

**folha de continuação do AUTO DE INFRAÇÃO**

**Sujeito Passivo**

CNPJ  
89.238.133/0001-04

Razão Social  
HENRICH CIA LTDA

**DESCRIÇÃO DOS FATOS E ENQUADRAMENTO(S) LEGAL(ES)**

Em procedimento fiscal de verificação do cumprimento das obrigações tributárias pelo sujeito passivo supracitado, foi(ram) apurada(s) infração(ões) abaixo descrita(s), aos dispositivos legais mencionados.

001 - MULTA ISOLADA - COMPENSAÇÃO INDEVIDA  
OU PEDIDO DE RESSARCIMENTO INDEFERIDO OU INDEVIDO

Na verificação fiscal dos créditos da contribuição solicitados pelo contribuinte via PER - Pedido de Ressarcimento e informados no processo nº11065.100577/2010-62, foi indeferido o seguinte valor: R\$ 69.049,27.

Diante do exposto, efetuamos o lançamento de ofício de Multa Isolada de 50% sobre o valor do crédito objeto de pedido de ressarcimento da COFINS indeferida ou indevida, conforme descrito no Relatório da Multa Isolada que é parte integrante e inseparável deste Auto de Infração.

Data	Valor Multa Regulamentar
31/08/2010	R\$ 34.524,63

**ENQUADRAMENTO LEGAL**

Art. 74, §15 da Lei nº 9.430/96, com redação dada pela Lei nº 12.249/10, de 11 de junho de 2010.

Para melhor visualização, reproduzo o texto legal:

Art. 74, da Lei 9.430/96:

Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão.

(...)

§ 15. Será aplicada multa isolada de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do crédito objeto de pedido de ressarcimento indeferido ou indevido. (Revogado pela Lei nº 13.137, de 2015)

§ 16. (Revogado pela Lei nº 13.137, de 2015)

§ 17. Será aplicada multa isolada de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do débito objeto de declaração de compensação não homologada, salvo no caso de falsidade da declaração apresentada pelo sujeito passivo. (Redação dada pela Lei nº 13.097, de 2015) (Vide ADI 4905)

Portanto, o caso ora analisado se refere a cobrança de multa isolada prevista nos § 15 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996, em razão da não homologação das compensações. Quanto aos Julgamentos do Supremo Tribunal Federal, temos:

#### Tema

**736 - Constitucionalidade da multa prevista no art. 74, §§ 15 e 17, da Lei 9.430/1996 para os casos de indeferimento dos pedidos de ressarcimento e de não homologação das declarações de compensação de créditos perante a Receita Federal.**

#### Tese

**É inconstitucional a multa isolada prevista em lei para incidir diante da mera negativa de homologação de compensação tributária por não consistir em ato ilícito com aptidão para propiciar automática penalidade pecuniária.**

Conforme transcrito, o **Auto de Infração** – multa isolada por compensação não homologada, teve como enquadramento legal o §15 do artigo 74 da Lei nº 9.430, de 1996. É exatamente o caso julgado pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário (RE) 796.939, com repercussão geral (DJE de 23.05.2023, Trânsito em julgado em 20.06.2023) e da ADI 4.905, que decidiu pela inconstitucionalidade do dito parágrafo 17 do artigo 74 da Lei 9.430/1996, que prevê a incidência de multa no caso de não homologação de pedido de compensação tributária pela Receita Federal.

Consoante **PARECER SEI Nº. 2.674/2023/MF**, que tratou sobre os efeitos do Recurso Extraordinário nº 796.939/RS, submetido ao regime da repercussão geral e da ADI nº 4.905/DF, concluiu que, pela impossibilidade de reversão do entendimento firmado no STF, **impõe a necessidade de conformação imediata da atividade administrativa e judicial dos órgãos da Administração Fazendária** no que toca à declaração de inconstitucionalidade do §17 do art. 74 da Lei 9.430, de 1996, e do inciso I do § 1º do art. 74 da Instrução Normativa RFB 2.055, de 2021, **por força do efeito vinculante e erga omnes da decisão da ADI nº 4.905/DF**, produzido desde a publicação da ata de julgamento.

Veja-se a ementa:

Processo administrativo tributário. Indeferimento do pedido de ressarcimento. Não homologação da declaração de compensação. Multa de 50% sobre o débito não homologado. **Inconstitucionalidade do já revogado §15 e do §17, do art. 74, da Lei nº 9.430, de 1996**, e, por arrastamento, do inciso I do § 1º do art. 74 da Instrução Normativa RFB nº 2.055, de 2021. Violação ao direito de petição e ao devido processo legal.

Assim, foi declarada a inconstitucionalidade da multa isolada prevista no § 15, do art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996, tem como fato gerador o crédito objeto de pedido de ressarcimento indeferido ou indevido, como é o caso sob análise.

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Carf (RICARF), Portaria MF nº 1.634, de 21.12.2023: *“As decisões de mérito transitadas em julgado, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, ou pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional, na sistemática da repercussão geral ou dos recursos repetitivos, **deverão ser reproduzidas pelos conselheiros no julgamento dos recursos no âmbito do CARF**”.*

Quanto aos demais argumentos aduzidos pela Recorrente, tendo-se em vista a obrigatoriedade da aplicação da decisão do STF por força do art. 99 do RICARF, todos convergem para o debate da inconstitucionalidade da multa aplicada, tema resolvido, em definitivo, pelo Supremo Tribunal Federal.

### **III - DISPOSITIVO**

Voto por dar provimento ao Recurso Voluntário.

É como voto.

Francisca das Chagas Lemos.